

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA-
RO, E A EMPRESA

I - CONTRATANTES: "CAMARA MUNICIPAL DE CACAULANDIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno com sede na Rua João Boava, Nº 1424 – setor 01 Cacaúlândia -Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 63.762.934/0001-80, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa....., CNPJ nº, End....., denominada CONTRATADA" **resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.**

II - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é firmado com base no resultado do Processo nº ____/2026, homologada no dia_____, e rege-se por todas as disposições contidas naquele Aviso de Dispensa, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a _____.

1.2 - A Contratada deverá fornecer os serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, e ainda, nos termos do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - O valor contratado é de R\$......(.....).

2.2 - Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados mediante ordem bancária no prazo de até 30 (trinta) dias, após a prestação do serviço ou entrega dos materiais e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3 - A contratada deverá apresentar juntamente com cada Nota Fiscal/Fatura:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e débitos relativo às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa aos tributos fiscais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante;



d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

2.4 - Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

2.5 - A Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

2.6 - A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos desta dispensa.

2.7 - Caso seja constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a justificativa da parte que considerar indevida.

2.8 - Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

2.9 - As Notas Fiscais/Faturas correspondentes, serão discriminativas, constando o número da Nota de Empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1.1 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

3.1.2 - Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto do presente termo;

3.1.3 - Proporcionar condições para a boa consecução do objeto desta licitação;

3.1.4 - Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

3.1.5 - Acompanhar a execução dos serviços efetuada pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega;

3.1.6 - Rejeitar os serviços, no todo ou em parte, que a Contratada executar fora das exigências deste instrumento.

3.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e no termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.2.2 - Assumir, com exclusividade, todos os encargos, impostos, taxas e fretes que



forem devidos em decorrência do objeto desta licitação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

3.2.3 - Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;

3.2.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.5 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a Contratante;

3.2.6 - Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

3.2.7 - Não transferir em hipótese alguma o instrumento contratual a terceiros;

3.2.8 - Notificar a Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento dos produtos;

3.2.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses.

4.2 - O Contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da Contratada, nos termos da Lei nº 14.133.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO

5.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias:

– Fonte de recurso: 001.001 – Ficha: 07

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Comete infração administrativa o Contratado que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do Contrato;

6.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3 - Dar causa à inexecução total do Contrato;



6.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida;

6.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Contrato sem motivo justificado;

6.1.7 - Prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

6.1.8 - Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

6.1.9 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.10 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

6.2 - O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 6.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 6.1.1 a 6.1.10;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 6.1.2 a 6.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 6.1.7 a 6.1.10, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

6.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

6.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor,



a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - A rescisão contratual poderá ser:

7.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

7.2 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no art. 139 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude a mesma lei.

7.3 - Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A fiscalização do Contrato será exercida pela Contratante, através do Fiscal e Gestor designado pela Câmara Municipal de Cacaulândia, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da Contratada com a prestação dos serviços de acordo com as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e proposta de preços.

CLÁUSULA NONA – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

9.1 - A Contratada é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

9.2 - A Contratada, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente Contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1 Em regra, os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, salvo se houver desequilíbrio econômico financeiro do contrato, na forma do art. 124, II, da Lei nº 14.133/2021.



10.2 - O reajuste poderá ser efetuado nos termos da Lei 14.133/21, art. 92, §3º, diante da demonstração inequívoca da ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro.

10.3 O reajuste se dará, mediante a aplicação, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - Dentro do prazo legal, contados de sua assinatura, a Contratante providenciará a publicação do extrato deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da comarca de Ariquemes/RO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

12.2 - E, por estarem plenamente ajustadas, as partes assinam eletronicamente o presente termo de contrato, nos termos da Lei Municipal nº 1022/GP/2021, que regulamenta a gestão eletrônica de documentos, conferindo-lhes validade jurídica. Assim, este Termo de Contrato produzirá todos os seus efeitos jurídicos e legais.

Cacaulândia/RO, de de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Doraildes da Silva Oliveira
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

(Assinado eletronicamente)

CPF nº _____
Representante Legal Contratada







Câmara Municipal de Cacaúlândia

63.762.934/0001-80
Rua João Boava
camaradecacaulandia.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
anexo	V - Minuta do Contrato	06/05/2026

ID:	29292	Processo	Documento
CRC:	D91CA2D8		
Processo:	1-46/2026		
Usuário:	REGINA DO CARMO SANTOS GOMES		
Criação:	06/05/2026 12:16:52	Finalização:	06/05/2026 12:25:37

MD5:	E68A457EBBE7127EA1453EA81A52D42C
SHA256:	89F74F96AF086FB91E5A19793075D49219258A12E01435F30BAFCB548558485E

Súmula/Objeto:

Anexo V - Minuta do Contrato

INTERESSADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA	CACAULÂNDIA	RO	06/05/2026 12:16:52
---------------------------------	-------------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	06/05/2026 12:16:52
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.camaradecacaulandia.ro.gov.br/cacaulandia informando o ID 29292 e o CRC D91CA2D8.